

AS OCUPAÇÕES NO CASTELO DE GAIA - PROBLEMAS DE ARQUEOLOGIA URBANA

Teresa Pires de Carvalho

ABSTRACT: This paper presents the result of an archaeological excavation in Castelo de Gaia, in the south side of Douro's River, North of Portugal. We've found a fortified site occupied since the 2nd. Century b.C. until the Late Middle Age, when it have occurred the destruction of the site. We have found several material related to structures from each Era (Iron age, Romanization, Early Middle Age and Late Middle Age). In the end, we discuss some problems about Urban Archaeology in Portugal.

823

Nota explicativa:

Quando recebemos o amável convite para publicação na Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património, em homenagem a um antigo Professor que muito gostámos, ficámos apreensivos, quanto ao teor do texto, uma vez que a nossa especialização foi no campo da Arqueologia e não no da História de Arte. Mas como o espectro das áreas pedidas é relativamente abrangente, pensámos em apresentar, de forma breve e sucinta, o resultado das escavações arqueológicas no Castelo de Gaia¹, que decorreram entre 1999 e 2001. Tratou-se de um longo e exigente processo que durou dois anos consecutivos, com a realização ininterrupta dos trabalhos arqueológicos, associada aos vários problemas que foram surgindo da adequação da construção do edifício à metodologia arqueológica, não sendo sempre claros os objectivos pretendidos com a exumação dos vestígios arqueológicos.

¹ Este texto decorre de uma comunicação por nós apresentada ao IV Encontro de Arqueologia Urbana, ocorrido na Amadora em Novembro de 2000.

Assim, e dada a enorme quantidade de material a ser tratado, não houve ainda tempo para sistematizar toda a informação recolhida, trazendo nós aqui um pequeno fragmento da história urbana do Monte do Castelo, em Gaia, que, apesar de fragmentário e parco, abre perspectivas e possibilidades até agora desconhecidas. Tão pouco conhecemos as funções ou a forma dos edifícios dados a ler pelo testemunho das estruturas que não permitiram claras conclusões.

Dividimos este nosso texto em duas partes distintas, sendo a primeira uma descrição dos trabalhos arqueológicos² e a segunda, breves considerações sobre questões que se nos colocam dia a dia na execução de trabalhos de arqueologia urbana.

Procuraremos, então, apresentar uma história das várias ocupações, remetendo sempre que possível para a justificação material de cada época e procurando reconhecer no terreno os traços e direcções que as várias épocas registaram. Começaremos, por facilidade de apresentação e de compreensão, pelas fases mais antigas e não pela evolução da escavação que teve várias mudanças de estratégia, impostas e decorrentes das novas condicionantes que o terreno e o projecto e construção do novo edifício foram colocando.

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Localização do sítio:

É um pequeno monte sobranceiro ao rio Douro, a escassos 3,5 km da sua foz, dominando a desembocadura do rio, provavelmente em relação com o morro da Sé na margem norte, desde épocas recuadas (Fig. I, nº 1). As suas coordenadas geográficas são Long. E de Lx 0°30'40" e Latitude 41°8'26"N. O local escavado encontra-se na encosta sudeste do Monte, dividida em plataformas artificiais de 4 m ou 5 m de altura que vão descendo até ao rio. Essas plataformas estavam separadas por muros de suportes de terras, que datam pelo menos do séc. XIX, se não anteriormente, como se pode observar numa gravura de 1849 (GUIMARÃES 1995, p. 284), ladeando caminhos de origem medieval, seguindo as curvas de nível. Outros,

² Vd Al-madan, II série, nº 9, p.158 - 162.

serão dos inícios do séc. XX, com contrafortes de reforço colocados posteriormente. As três plataformas da intervenção arqueológica estavam às cotas respectivas de 36,5m, 31,8m e 27m. Na plataforma superior realizámos apenas duas sondagens, uma no interior de uma casa dos anos 40 / 50 onde apareceu o afloramento granítico a 20 cm do soalho, e outra no exterior, de 4m x 2m paralela ao muro de suporte de terras, que forneceu vestígios sugestivos. Nas duas plataformas inferiores, acabámos por escavar em área após algumas sondagens prévias, tendo-se eliminado as diferenças artificiais de cota existentes entre as duas plataformas.

Publicações sobre o sítio e contexto arqueológico:

Este local tem atraído os investigadores desde há várias décadas, seja para encontrar argumentos para o problema sempiterno da localização de Cale no Itinerário de Antonino, seja para comprovar as várias ocupações do sítio sobretudo no tempo do castelo e daí perceber também a passagem de Gaia para Vila Nova. A maior parte destes estudos baseou-se sempre em documentação escrita, que é relativamente abundante, e análise topográfica do terreno, bem como em achados fortuitos que vários acasos trouxeram à superfície, desde machados de pedra polida até uma inscrição do tempo de Cláudio, de um elemento da X Legião Gemina (ALARCÃO 1985, p. 26), no próprio monte do Castelo, ou moedas, destacando-se duas Tetradracmas do início do séc. V a.C. (de Atenas) e outra de Alexandre III (início do séc. IV a.C.), aparecidas na Serra do Pilar (CENTENO 1987, p. 190). Foi apenas em 1983 que se procedeu à primeira escavação arqueológica realizada com metodologia científica, no cimo da colina, em local muito remexido e terraplanado pelos soldados miguelistas na Guerra Civil. Estas escavações foram dirigidas por Armando Coelho Ferreira da Silva, que as publicou em 1984, referindo a existência de cerâmicas da época do Bronze Final similares às aparecidas na Necrópole de Gulpilhares e cerâmica púnica ou de tradição púnica, datada dos séc. V - III a. C (SILVA 1984, p. 44). Não foram encontradas quaisquer estruturas de habitat. Mais tarde, entre 1989 e 1992, houve novas intervenções arqueológicas, desta vez dirigidas por Gonçalves Guimarães, que efectuou escavações dentro da Igreja do Bom Jesus de Gaia, muito perto da nossa intervenção. Aqui, já se detectaram vestígios construídos desde a época tardo-romana e período paleo-

cristão, até à baixa Idade Média, com alterações posteriores nas épocas Moderna e Contemporânea (GUIMARÃES 1995, p. 132).

Era este o panorama de intervenções arqueológicas no Castelo de Gaia, quando a empresa de construção para a qual trabalháramos noutra contexto, nos solicitou a realização de sondagens arqueológicas num terreno pertencente à Empresa de Vinhos do Porto, Taylor / Fonseca, que projectava um edifício de escritórios num terreno seu virado ao rio.

Com as quatro sondagens efectuadas, foi clara a importância arqueológica do sítio tendo aparecido troços de muros castrejo de uma casa com arranque de vestíbulo (séc. I a.C. / I d.C.), romano (alto - imperial) e baixo - medieval (Fig. II, nº 3, 5, 16), bem como uma lareira que julgamos poder datar dos séc. V - III a.C (Fig. I, nº 2, Fig. II, nº 1)).

Dado tratar-se de uma intervenção de cariz urbano e em consequência dos prazos curtos, houve a necessidade de adaptação da escavação aos requisitos da obra, pelo que continuámos a abrir sondagens nos locais onde era suposto construir-se sapatas. Tendo-se verificado a existência de uma estrutura de grandes dimensões precisamente no local de uma das sapatas e um troço de muro redondo de casa castreja, optou-se por abrir o espaço em área, tarefa que se revelou morosa não só pela extensão e especificidade do trabalho, mas sobretudo pela permanente mudança de planos arquitectónicos que nos obrigou várias vezes a alargar o âmbito da intervenção.

Um dos outros problemas foi a enorme espessura dos vários entulhos e terraplenos que a zona sofreu ao longo dos séculos, potenciando diferenças de cotas de 4 a 5 m, entre as plataformas e até se atingir o solo natural.

Descrição dos achados:

A remoção dos vários entulhos de terras, permitiu-nos perceber o seguinte:

Como o terreno da encosta é muito inclinado, com fortes desníveis do próprio afloramento rochoso, que marca declives agudos, desde os primórdios da ocupação humana foram feitos aterros de regularização do terreno, sendo os mais antigos os mais incipientes, e os mais recentes de grande potência de terras. Assim, a primeira fase, que talvez possamos recuar ao Bronze Final / inícios da Idade do Ferro, a avaliar por alguma (rara)

cerâmica sem decoração, feita à mão, de pastas arenosas, pouco depuradas, de cor acastanhada e superfícies alisadas, terá ocupado alguns interstícios entre as fissuras do granito, coberto na sua maioria por uma terra muito argilosa. Constituía a primeira cobertura do granito, confundindo-se por vezes com o saibro, numa espessura variável entre os 10 e 25 cm, localizada na zona central intervencionada, e com perfurações provocadas por actuações posteriores: buracos de postes, interfaces verticais, etc.

As ocupações posteriores a esta (de que não encontrámos qualquer estrutura associada que deveria localizar-se mais para cima no topo do monte), "varreram" para os ditos interstícios os poucos fragmentos antigos, colocando uma outra camada regularizadora, esta já com outra coloração mais acastanhada.

Foi no interface destas duas camadas que apareceu uma lareira, não sabemos se de ar livre (Fig. I, nº 2 e Fig. II, nº 1), ou se integrada em alguma habitação de estrutura perecível. Ela encontrava-se num local sem nenhuma estrutura contemporânea à volta, tendo sido posteriormente sobreposta pela casa castreja que aqui se encontrava completamente destruída. Associada a esta lareira, encontrámos cerâmica feita manualmente e a torno lento, de pastas muito arenosas e com alguma mica, de coloração castanha e rosada com formas de perfil em S ou de largo bordo horizontal atribuíveis genericamente aos séc. V - III a.C. Talvez contemporânea desta fase, seriam os fragmentos de um piso muito destruído que se encontrava sob a edificação da casa castreja, onde eram visíveis vários regos (para escoamento de águas ?) escavados até ao granito. Os vestígios do habitat foram destruídos, havendo em alguns sítios uma camada de incêndio que pode significar uma destruição e abandono violento.

Ainda dentro deste período castrejo, foi construída a casa, de aparelho constituído por pedra míuda (obtida por clivagem sem vestígios de pico de ferro na primeira fase), alternada com outra de médias dimensões, irregular e de juntas secas, com várias etapas de ocupação de pisos finos. Esta construção foi reformada no tempo da romanização que reforçou alguns paramentos dos muros, criando novas valas de fundação dentro das existentes (Fig. 1, nº3 e Fig. II, nº 2).

Podemos talvez afirmar que com os primeiros contactos romanos se ocupou a dita camada de regularização acastanhada, que se encontra em quase toda a área escavada, sempre fornecendo o mesmo tipo de material: cerâmicas muito micáceas, algumas com decoração, cerâmica cinzen-

ta fina polida, ânforas de engobe branco, constituindo uma datação entre os séc. I a.C. e inícios do séc. I d.C. São raras as sigillatas itálicas. Desta fase, datam alguns fragmentos de muros, que seriam anteriores à muralha. Também é homogénea a terra escura que cobriu esta ocupação, deixando espalhados os parcos vestígios construídos, com material romano de meados do séc. I, com sigillatas sudgálicas, lucerna com asa em forma de crescente, de pasta beije rosada, muito dura e engobe alaranjado, datável do 2º 1/2 do séc. I (ALARCÃO et alii 1976, pl. XXV, nº 39).

Foi nesta camada e noutras afins, que terá sido escavada a vala de fundação da muralha (Fig. I, nº 5, Fig. II, nº 4) estrutura cuja espessura varia entre 1, 90m e 2, 20m de largura e que corre a todo o comprimento da área intervencionada (cerca de 45 m), paralela ao rio com uma altura variável entre 1, 80m e 0, 80m. Encontra-se a uma altitude que varia entre os 26 e 27 metros acima do nível médio das águas do mar. É constituída por grandes blocos de pedra colocados de peito na base, que definem duas fiadas paralelas; para cima, o alçado exterior apresenta pedras menores, de dimensão média ou grande (entre os 30 e 40 cm de comprimento), em aparelho irregular, unidas por argamassa e pedra múda nas juntas; o alçado interior (virado para oeste / noroeste) é constituído por pedras de menor dimensão, e de altura bastante mais pequena, uma vez que o saibro se encontra aqui mais elevado. O interior encontra-se preenchido por pedra média disposta irregularmente, notando-se que foram feitos vários alteamentos posteriores à construção da muralha, ou para a reforçar, ou para aproveitar o seu paramento em construções a ela adossadas. A vala de fundação só existia do lado interior, pois do lado exterior ficou destruída pela construção de um muro em pedra (alguma proveniente da muralha) argamassada por betão, de suporte de terras e que dividia duas plataformas. Corria paralelo à muralha, distando desta entre 40 a 70 cm e implantado também no saibro. Sofreu vários reforços, sobretudo com contrafortes de grande dimensão que alteraram os níveis arqueológicos da plataforma inferior. Os materiais da vala de fundação da muralha não foram muito concludentes, porquanto se trata basicamente de cerâmica comum, integrando-se genericamente nos meados do século I, tendo em conta ainda a camada onde foi escavada a vala de fundação. Contemporâneos da muralha serão dois muros de suporte de terras, construídos com grandes blocos de pedra, semelhantes ao alicerce da muralha e que se encontram nas duas divisões de plataformas (na superior, Fig. II,

nº 6, na inferior, Fig. II nº 7), ambos paralelos aos dois muros modernos e integrados no afloramento rochoso.

Há várias unidades de destruição sobre esta segunda fase de ocupação romana alto-imperial, mas os muros desapareceram. Nestas camadas apareceu alguma sigillata hispânica, muita cerâmica comum, de pastas claras beijas e avermelhadas e rara bracarense.

A ocupação da fase tardo-romana parece ter ocorrido já no abandono fase anterior, porquanto vemos muros assentes directamente na muralha, com valas de fundação e superfícies de ocupação onde apareceu alguma sigillata Clara D, formas Hayes 91 e Hayes 70 - 73, basicamente da 2ª metade do séc. IV e meados do séc. V, mas também Hayes 59, 61 e 67 de uma lixeira associada, de cronologia aproximada. Junto a este muro (Fig. II, nº 8) foram escavados buracos de poste até ao granito, formando talvez uma espécie de alpendre (Fig. II, nº 9). A muralha já estava nesta altura desactivada, prolongando-se a ocupação extra-muros, como o atesta um muro perpendicular (Fig. II, nº 10) à muralha e que foi destruído pela construção do muro de suporte moderno. Ainda desta época é um outro muro (Fig. II, nº 11) junto ao talude superior, perpendicular ao muro romano de sustentação de terras.

Sobre esta ocupação, novamente é coberta parte das estruturas, entretanto destruídas, por uma camada reguladora, não muito espessa em certos sítios e não homogénea, onde se detectam materiais muito misturados, desde a época castreja até à tardo-romana. São então construídas duas estruturas, ainda apoiadas na muralha (Fig. II, nº13) e sobre a lixeira tardo-romana (Fig. II, nº 12), de função e traçado desconhecidos e muito incompletas. Tão pouco parecem completamente contemporâneas, pois uma delas sobrepõe-se à outra. Associada está uma fileira de buracos rectangulares, quadrados e subrectangulares (Fig. I, nº 4; Fig. II, nº 14) que foram escavados até à anteriormente referida camada argilosa, geológica. A regularidade e extensão dos que ainda restam, permitem supor tratar-se das fundações duma provável paliçada feita em materiais perecíveis. O terreno neste sítio sofre uma quebra abrupta, podendo servir eventualmente de fosso. Os materiais são pouco individualizantes, aparecendo sempre misturados com outros mais antigos. Há derivadas das paleocristãs, sigillatas africanas Hayes 104 ou 105 (séc. VI - VII), e cerâmica negra decorada com bastante mica, que não podemos localizar com precisão cronológica. Pasta algo arenosa, mas dura, com quartzos de grande calibre, embo-

ra raros como desgondurante, núcleo não homogêneo entre o escuro e o vermelho, superfície interna não alisada e externa mal alisada, com decoração roletada, formando uma linha grossa quebrada. A superfície externa apresenta alguma mica. Estaremos perante uma ocupação alti-medieval, entre os séc. VII e IX, correspondendo ao período da invasão árabe e inícios da Reconquista ?

As ocupações seguintes realizam um salto cronológico, porquanto se situam globalmente na Baixa Idade Média. Restam três muros desta época, todos com uma direcção semelhante, perpendiculares às curvas de nível, embora só apresentem troços (Fig. II, nº 15, 16 e 17). Como materiais associados, abundam fragmentos de cerâmica tipo Prado — um bico de pichel (Fig. I, nº 6) — algum vidro de chumbo verde e amarelado, olas em cerâmica preta, talvez também do Prado, bem como uma moeda (um dinheiro) de D. Sancho II. Não será um material muito homogêneo, porque não há uma definição clara de povoamento. Há vestígios de incêndios, há destruições de várias camadas anteriores até ao granito, provocando grandes buracos, há rompimento da muralha romana pela abertura de uma vala oval, com material vidro de chumbo desta época. Pode corresponder à destruição feita pelas gentes do Porto, durante a crise 1383-1385, quando em Dezembro de 1384 o Castelo de Gaia é destruído (Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, vol. I, 1983, p. 369-370). No nível de destruição do muro medieval perto da muralha, apareceram vários fragmentos medievais, um dos quais um bordo de taça de Paterna-Manices de reflexos doirados dos séc. XIV ou XV, (MESQUIDA GARCIA, 1995, p. 99).

830

Sobre estes testemunhos foi-se acumulando um depósito de abandono formando uma camada bastante homogênea, mais espessa nos locais fundos, com grande mistura de mateirais: castrejos, romanos, romanos tardios, cinzentos de pastas duras e superfícies rugosas (alti-medievais), e alguns da Baixa Idade Média, como um fragmento de vidro branco e azul cuja forma parece ser de Paterna (op. cit. lâm 4., nº 1), alguma faiança azul e branca, ou policroma, dos séc. XVI e XVII .

Não houve mais construções nestas zonas, se exceptuarmos os muros de suporte erguidos a partir dos finais do séc. XVIII, quando as caves e armazéns do vinho do Porto começaram a invadir a zona. Sobre a camada espessa e homogênea que cobriu as ocupações medievais e significou um longo abandono durante cerca de três séculos, surgem os aterros modernos que encerram materiais dos séc. XVII, XVIII e XIX, durante os quais

foram implantados os muros de suporte e se construíram nas encostas do Castelo vários armazéns e a casa junto à nossa intervenção, a sul, que se ergueu apoiada na muralha romana. Aparecem várias faianças, cerâmica de engobe vermelho de Ovar e os cachimbos de argila refractária que começam a ser importados de Inglaterra a partir do séc. XVII (Fig. I, nº 7).

Outra camada de entulho, espessa (30 a 40 cm) sobrepôs-se a esta, fruto dos arranjos da plataforma relacionados com a construção e utilização da casa no topo superior, de um dos administradores das Caves "Fonseca" nos Anos 50, e o reforço dos muros de suporte. Estas últimas camadas são as que forneceram maior quantidade e variedade de espólio, que vai desde épocas pré-históricas, como a ponta de seta finamente retocada (Fig. I, nº 8), que datará aparentemente do III milénio ou inícios do II a.C. ou uma enxó em pedra polida, até um vaso cerâmico medieval de pasta pouco homogénea, de cozedura redutora, com um simples alisamento exterior e paredes interiores não alisadas. Foi feita a torno lento, com vestígios de acabamento interno feito à mão.

Todas estas intervenções, algumas pontuais, outras contínuas, provocaram fortes destruições e remeximentos em todas as camadas, a que se juntam as acções de terraplanagens e movimentações dos soldados miguelistas no tempo das guerras liberais, tendo sido neste monte que se instalou uma bateria de artilharia virada para o Porto.

Nota final

Pelas construções que se perceberam com a escavação, parece ter havido uma ocupação castreja a partir pelo menos do séc. V - IV a.C., testemunhada pela primeira fase da casa castreja, pela lareira e pela cerâmica (atribuímos aqui uma versão mais abrangente da cultura castreja, considerando o seu início a partir do séc. V a.C.). As ocupações anteriores apenas deixaram registo de cerâmicas do Bronze Final e a ponta de seta pode representar um povoado talvez implantado na parte mais alta do monte.

Posteriormente, já numa fase castreja do séc. I a.C., ergueu-se a casa castreja da plataforma superior com arranque de vestíbulo.

Com a ocupação romana efectiva, ter-se-à construído na primeira metade do séc. I, ou mesmo com Augusto, a muralha que circundaria toda a

coroa do castro. Esta ocupação ter-se-à prolongado no tempo, construindo muros de suporte de terras e fazendo supor, pela exiguidade das estruturas encontradas, tratar-se de uma área periférica do povoado, eventualmente um espaço livre destinado à agricultura. Na fase tardia do império, vários muros testemunham uma vivência ainda pujante, já com a muralha desactivada. No momento seguinte, de antiguidade bem tardia ou época alti-medieval, novos muros são construídos, associados a uma palissada, feita provavelmente de postes de madeira de secção quadrangular e rectangular, num percurso paralelo à muralha, que então estaria completamente esquecida. Esta ocupação revelou-se de alguma importância, a nível de espólio, à semelhança do verificado nas escavações da plataforma superior (GUIMARÃES 1995: 131-139 e 183-184).

O período árabe e da Reconquista cristã não se encontra documentado nem com construções, nem com cerâmicas, se exceptuarmos alguns poucos fragmentos de cerâmica de pasta escura, que podem ser da fase da Reconquista, mas demasiado raros e sem forma, para serem concludentes.

A baixa Idade Média revela uma ocupação intensa, que já nos tinha sido retratada pela documentação escrita e agora confirmada pelos três muros exumados e pela quantidade de fragmentos de cerâmicas e algumas moedas. Foi a última fase de construções cuja destruição, aparentemente violenta, terá perturbado, em vários sítios, os níveis inferiores. Os depósitos de terras subsequentes forneceram materiais de vários tipos, como foi descrito.

O Monte nunca deixou de ser ocupado, mas a intensidade, qualidade e tipo de ocupação foi variando ao longo dos séculos. Com fases sucessivas e mais ou menos contínuas até à Idade Média, tornou-se posteriormente uma ocupação baseada na dispersão das caves do Vinho do Porto. A sua história também não pode ser dissociada da do Porto, do outro lado do rio Douro, com paralelismos demasiado próximos para serem coincidências. A evolução histórica, até à Baixa Idade Média, foi muito semelhante à daquela cidade, com os mesmos momentos desde o final da Idade do Bronze e sobreposições construtivas contínuas (REAL et alii 1985-86; SILVA 2000). Com a destruição do Castelo de Gaia desenvolveu-se a partir de então, Vila Nova de Gaia, mais para Leste, num fenómeno comum das vilas novas da Idade Média, seguindo rumos diferentes dos verificados na margem direita.

Verifica-se, assim, que o Castelo de Gaia foi palco de ocupações contínuas desde a Proto-História até aos nossos dias, marcadas por fases cons-

trutivas algo descontínuas, embora com testemunhos materiais que não deixam dúvidas. Mas muitas foram as interrogações que se colocaram do ponto de vista metodológico, das opções que se tomaram, da falta de uma planificação prévia, da ausência de uma legislação específica que contemplasse trabalhos de arqueologia urbana. Procurando desmontar e clarificar um pouco as nossas apreensões e preconizar algumas melhorias, apresentamos um conjunto de curtas reflexões que nos acompanharam ao longo do trabalho.

PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

Estão hoje relativamente vulgarizados, pelo menos na generalidade da sua evocação corrente, conceitos como os de Memória Colectiva e Património. Essa vulgarização, aliás, surge as mais das vezes associada a uma suposta tranquilidade perigosa que tende a interpretar e aplicar tais evocações como se se tratasse de matéria simples e não problemática.

Pelo contrário, entendemos que, para além das identificações de largo espectro que se podem concensualizar quando se fala genericamente de tais conceitos, importa cada vez mais actuar e esclarecer criticamente a aplicação programática das acções que se estribam nos valores que assumem como referente tais conceitos.

Se o que se disse se constitui como matéria central de muitas das reflexões suscitadas a partir de programas definidos de recuperação Patrimonial de âmbito pluridisciplinar — no caso da cidade do Porto poderiam citar-se as que decorrem das intervenções na área da Sé, Ribeira-Barredo, ou as mais recentes de remodelação de partes importantes dos tecidos do século XIX e XX no âmbito das operações Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura — no que respeita às questões suscitadas no campo Disciplinar da Arqueologia e, em particular, na esfera das acções de Arqueologia Urbana, tais reflexões assumem papel importante no esclarecimento e determinação das intervenções, metodologias e soluções a recomendar ou a impor.

De facto, entre os extremos da permissão e ignorância e os de um fundamentalismo conservacionista que tende à fossilização e musealização da realidade como se ela se devesse fixar no patamar que atingiu num determinado momento histórico, há um largo espectro onde se devem impor

clareza metodológica e científica, lucidez programática que permita avaliar e saber da efectiva viabilidade de certas opções ou desejos, e capacidade de gerar novos valores acrescentados onde se integrem os testemunhos históricos e patrimoniais salvaguardados.

ARQUEOLOGIA URBANA E PATRIMÓNIO (Complexidades e Desafios Organizacionais e Metodológicos)

Na esfera da Arqueologia Urbana e, particularmente nas Escavações Arqueológicas de Urgência, têm-se revelado pertinentes e frequentes algumas questões sobre as quais urge alargar e aprofundar o debate e reflexão. Por isso entendemos poder ser útil abordar aqui algumas delas, cruzando aspectos genéricos com a especificidade de uma intervenção concreta realizada na cidade de Gaia.

1. — Legalidade e Relações entre diferentes Níveis da Administração

A legislação existente obriga as Câmaras Municipais a darem conhecimento às Instituições da Tutela de quaisquer pedidos de construção ou urbanização em zonas classificadas. Poder-se-á dizer que esta é uma determinação de primeiro grau, à qual importaria começar a adicionar um conjunto de procedimentos que acautelassem de forma mais clara as restrições, obrigações e possibilidades dos diferentes agentes envolvidos, sejam privados ou públicos.

Como exemplo, poderíamos dizer que nos diferentes planos de ordenamento que classificam e determinam o uso do solo — PDMs, PUs, PPs — deveria constar uma primeira aproximação de âmbito Arqueológico que, entre outros aspectos, esclarecesse da necessidade ou não da realização de escavações arqueológicas como acção prévia e eventualmente condicionante das transformações e usos do solo, clarificando as decorrentes obrigações dos diferentes agentes quanto à sua realização. O que, obviamente, implica uma componente científica e técnica que pode obrigar à participação de outras áreas Disciplinares, uma outra de gestão e administração e, não menos importante, a componente dos recursos financeiros, quer para a realização dos trabalhos de escavação, quer para a eventual conservação do espólio encontrado.

Quando, em consequência de escavações aparecem vestígios, estes poderão ser destruídos, trasladados ou conservados. As questões mais complexas colocam-se quando se verifica a necessidade de optar por um

dos dois últimos casos. Particularmente no caso da conservação *in situ* colocam-se problemas delicados, nomeadamente se se estiver em presença de valores que justifiquem a sua mostra e abertura públicas que, em certos casos, pode conduzir à aquisição negociada ou por expropriação da propriedade em causa.

No caso em que interviemos — terreno pertencente às Caves de Vinho do Porto Taylor — e porque os objectivos da empresa proprietária e a sua capacidade financeira se puderam conjugar com as novas condicionantes que a Arqueologia pôs a descoberto — foi possível avançar para a preservação dos vestígios mais importantes e significativos (Muralha Romana) integrando-os na construção que foi edificada, por forma a permitir a sua visita e estudo.

Mas, e apesar de podermos dizer estarmos perante um exemplo de resultado global feliz ou aceitável, não deixa de ser pertinente questionar o modo como se desencadeiam acções deste tipo sem previamente estarem configuradas responsabilidades dos sectores privado e público que, respectivamente, tomam a iniciativa e a aceitam, já que, se a evolução dos interesses tivesse sido outra e conflituosa, estaríamos hoje perante a possível degradação e perda dos vestígios encontrados, enquanto se discutisse no Foro legal as responsabilidades que poderiam então caber a cada um dos agentes intervenientes.

2. — Necessidade de Trabalhos de Planificação Arqueológica

Um dos maiores problemas da Arqueologia Urbana é a falta de uma programação arqueológica global, entendida como um Processo Contínuo de aprofundamento das diversas componentes necessárias para levar a cabo qualquer tipo de intervenção: investigação histórica; difusão dos resultados de escavações arqueológicas; estudo, conservação e restauro dos espólios existentes de valor histórico e patrimonial; musealização dos vestígios monumentais e suas conexões territoriais.

Sendo para nós claro que qualquer planificação terá que ter em conta o problema da programação arqueológica para poder completar as lacunas históricas que existam — que poderiam obrigar a mais escavações quer em áreas públicas quer privadas — afigura-se importante partir de e ter em conta uma base documental dos achados realizados na área territorial em todas as épocas. Esta postura metodológica depara sempre com as dificuldades decorrentes de não haver um trabalho permanente e siste-

matizado — que só as instituições públicas poderão realizar — que vá reunindo e relacionando o conhecimento produzido em investigações parcelares, as notícias sobre achados fortuitos de todas as escavações realizadas, registando toda essa informação no que de essencial possui, onde a sua distribuição geográfica e territorial é elemento fundamental. Deste modo poder-se-ia dispor de um conjunto de informações sobre a distribuição e organização espaciais das várias épocas cronológicas — arruamentos, direcção dos troços de muros, locis privilegiados e outros, quer do lado de Gaia quer do lado do Porto — o que poderia permitir perceberem-se constantes e diferenças, continuidades ou rupturas acentuadas pelo Rio.

Na intervenção que realizámos em Gaia procurou-se concretizar esta metodologia: procurámos os vestígios fortuitos ou produtos de escavação que se conhecem até ao momento, analisámos documentação escrita de alguma forma relacionada quer com o tema, quer com a área geográfica envolvente do lugar da intervenção. Importará que as entidades públicas — da administração local e central — possam contribuir para uma outra forma de integração dos achados numa grelha de conexões e registos.

3. Limites e problemática das Escavações de Emergência

Desde os anos oitenta que se vêm realizando escavações nos territórios de ambas as cidades, embora menos frequentes em Gaia.

Das várias questões que se podem referir neste tipo de intervenções, salientam-se aqui três, cuja importância nos deve merecer alguma ponderação.

3.1 — Uma primeira tem a ver com os limites implícitos no facto de muitas destas escavações não fazerem parte de projectos de investigação, nem serem integradas, mesmo que à posteriori, num conjunto articulado de conhecimento e de registo — as escavações do Porto e Gaia mereciam ser vistas como um todo, que propiciasse a leitura comparada do que se passou em ambas os lados do Rio. Tal facto, se não invalida a sua realização, põe no entanto um acento tónico nos limites do seu contributo para o conhecimento. Nesta óptica, e pese embora diferenças de circunstância — fundamentalmente as que se prendem com timings de realização diferentes — poder-se-ia eliminar a distinção entre Escavações Arqueológicas de Investigação e Escavações Arqueológicas de Urgência.

3.2 — Uma segunda questão prende-se com o crescimento constante dos recursos chamados à realização destas intervenções. A óbvia impossibilidade da Administração Pública poder assegurar, por si só, todos os meios necessários, tem colocado e aberto um novo desafio que se corporiza na necessidade de se encontrarem as condições aceitáveis e atractivas para chamar para este sector os esforços e investimentos financeiros dos agentes privados. E, concomitantemente, importará aprofundar a reflexão sobre direitos e obrigações face aos vestígios arqueológicos e patrimoniais, no sentido de acautelar excessos por parte dos agentes económicos.

3.3 — Uma terceira decorre simultaneamente da incapacidade dos serviços públicos poderem assegurar as intervenções arqueológicas com os seus meios humanos e técnicos e do alargamento de um mercado de trabalho que favorece o aparecimento de novos servidores de qualificação técnica e científica diversa. De facto, tem-se assistido à prestação de serviços e contratação de empresas que se reclamam do âmbito da Arqueologia sem, contudo, possuírem ou assegurarem o trabalho efectivo de um arqueólogo. As repercussões de natureza científica que daí podem advir recomendam que nos preocupemos com a progressiva definição de regras e condições para o exercício profissional da Arqueologia, questão que nos remete para a função da Associação Profissional.

No momento, importa reter que a eventual proliferação de prestação de serviços sem a devida qualificação científica e profissional pode agudizar os problemas e carências que têm vindo a ser sentidos genericamente.

4. — A intervenção nas Caves de Vinho do Porto Taylor e a salvaguarda e acesso público ao espólio patrimonial e monumental

Na intervenção realizada, verificaram-se situações diversas face aos vestígios arqueológicos que foram sendo detectados e estudados. Houve situações em que se optou pela trasladação, outros em que se optou pela demolição para possibilitar a continuação da escavação e investigação, e outros em que a conservação foi a solução final. Todas as decisões tomadas, necessariamente acompanhadas e sancionadas ou determinadas pela Tutela, colocam variadas questões, das quais salientamos:

4.1 — As limitações existentes que, nomeadamente pelo que se disse atrás, não possibilitam uma melhor articulação do espólio encontrado e

salvaguardado com a história do território. Aqui, haverá que esperar que em futuro próximo seja possível dispor de condições para um aproveitamento maior do contributo que esta intervenção propiciou à cidade de Gaia.

A Muralha Romana encontrada coloca novos desafios para a re-escrita parcial da História da cidade.

4.2 — As necessidades de poderem vir a ser desenvolvidos um conjunto de trabalhos indispensáveis para uma boa conservação da Muralha Romana que se manterá como espólio visitável.

Trate-se de um investimento público ou privado, haverá que assegurar a mostra do monumento nas condições consideradas cientificamente adequadas: manutenção de rotina com limpezas periódicas, eventual restauro ou consolidação, protecção contra elementos da natureza ou antrópicos. Acresce que, numa fase anterior à realização das acções de conservação e restauro que deverão ser acompanhadas por técnicos devidamente credenciados — arqueólogo e conservador / restaurador — haverá que estudar as patologias da pedra para melhor poder actuar no sentido da eliminação dos agentes biológicos que poderão afectar a muralha.

4.3 — O desafio que se transfere para uma outra área — a da Arquitectura — coloca como questão emergente a solução para o edifício onde fica integrada a Muralha.

A futura Arquitectura terá que não desmerecer do espólio que vai incluir nos seus espaços interiores. Do nosso ponto de vista, haverá que encarar o espólio monumental como mais-valia inspiradora e dignificadora, ao invés de uma leitura de constrangimento.

E, no caso vertente, poderia representar uma oportunidade perdida se, depois dos esforços e investimentos realizados, a obra final não aproveite e enfatize essa relação sedutora entre presente e passado numa síntese de exemplo e referência.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ALARCÃO, Jorge de, 1985, *Roman Portugal*, vol. II, Fasc. 1, Aris & Phillips Lda, Warminster.

ALARCÃO, Jorge de, et alii, 1976, Céramiques Diverses et Verres, in *FOUILLES DE CONIMBRIGA*, vol. VI, pl.XXV, nº 39.

CARVALHO, Teresa pires de; FORTUNA, Jorge, 2000, Muralha Romana Descoberta no Castelo de Gaia, *Al·madan*, II série, nº 9, p. 158-162.

GUIMARÃES, Joaquim Gonçalves, 1995, *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*, Universidade Portucalense, Porto.

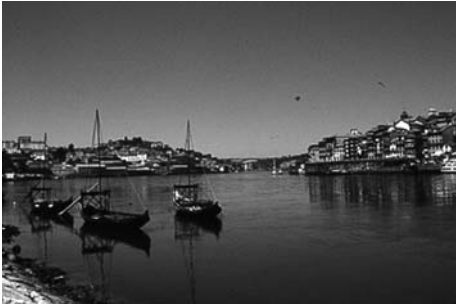
LOPES, Fernão, 1983, *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, Vol. I, Porto.

MESQUIDA GARCIA, Mercedes, 1995, La cerámica azul y dorada de Paterna: formas y decoraciones, *1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e pós-Medieval — métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, p. 97-108.

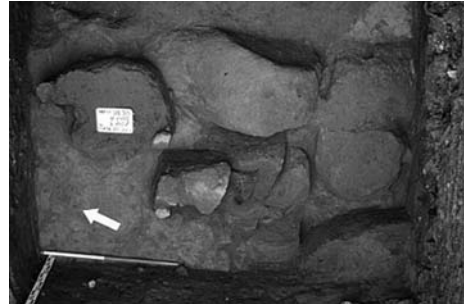
REAL, M.L.; TÁVORA, M.J.; OSÓRIO, M.I.P.; TEIXEIRA, F.F., 1985-86, Escavações Arqueológicas no Morro da Sé, *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1984, Aspectos da Proto-história e romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, 2, p. 39 - 58,

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 2000, *Al·madan*, II série, nº 9, p. 94-103.



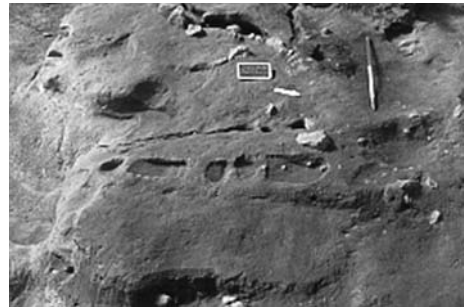
1 - Vista do Monte do Castelo (á direita) com o morro da Sé em frente



2 - Aspecto da lareira implantada no saibro no exterior da Casa Castreja



3 - Vista da Casa Castreja



4 - Registo dos buracos de poste alti-mediavais

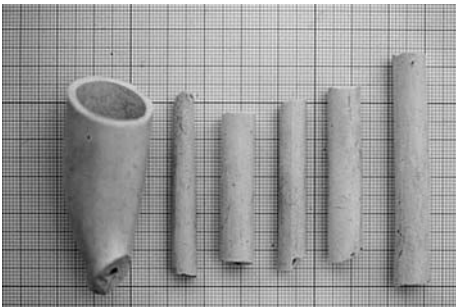
840



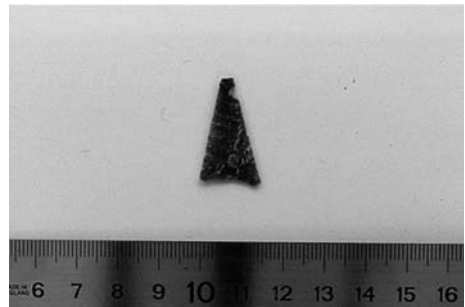
5 - Aspecto do alçado exterior da muralha



6 - Fragmento de bico de pichel baixo-medieval



7 - Fragmentos de cachimbos (séc. XVII-XVIII)



8 - Ponta de seta encontrada em níveis de entulho



Figura II

